

Avista S/A. Administradora de Cartões de Crédito

Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório sobre
a Revisão de Demonstrações Contábeis Intermediárias

Em 31 de março de 2016

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015	10

Relatório sobre a Revisão de Demonstrações Contábeis Intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Acionistas e Administradores da
Avista S/A. Administradora de Cartões de Crédito
Barueri – SP

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito (Companhia), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas demonstrações com a utilização dos mesmos critérios requeridos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão


Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas com os mesmos critérios requeridos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

São Paulo, 04 de maio de 2016.



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

ATIVO

	Notas	31/03/2016	31/12/2015
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.987	26.254
Contas a receber	5	297.522	325.181
Tributos a recuperar	-	7	590
Créditos diversos	-	1.706	1.515
Despesas Antecipadas	-	681	925
Total do ativo circulante		327.903	354.465
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de partes relacionadas	10	1.594	1.019
Impostos Diferidos	18	15.929	15.768
Despesas Antecipadas	-	7.939	8.717
Créditos Diversos	-	2.545	2.239
Imobilizado	6	10.698	11.643
Intangível	-	4.066	4.392
Total do ativo não circulante		42.771	43.778
Total do ativo		370.674	398.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito

Balanços Patrimoniais em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	114.302	117.362
Obrigações com estabelecimentos credenciados	8	130.010	160.121
Obrigações trabalhistas e tributárias	9	11.990	14.686
Contas a pagar	-	11.591	6.780
Dividendos a pagar	-	391	391
Total do passivo circulante		<u>268.284</u>	<u>299.340</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	26.165	30.271
Provisões para Demandas Judiciais	11	1.621	1.621
Obrigações tributárias	9	14.164	7.044
Total do passivo não circulante		<u>41.950</u>	<u>38.936</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	-	50.465	50.465
Reserva de Lucros	-	9.975	9.502
		<u>60.440</u>	<u>59.967</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>370.674</u>	<u>398.243</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito

Demonstrações de Resultado para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

	<u>Notas</u>	<u>Período de 01/01/2016 a 31/03/2016</u>	<u>Período de 01/01/2015 a 31/03/2015</u>
Receita bruta com prestação de serviços		18.458	22.967
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	-	(1.339)	(2.060)
Receita operacional líquida	13	17.119	20.907
Custo dos serviços prestados	14	(13.821)	(9.365)
Lucro bruto		3.298	11.542
Receitas (despesas) operacionais:	-		
Administrativas, comerciais e gerais	15	(17.695)	(21.053)
Despesas financeiras	16	(9.653)	(6.275)
Receitas financeiras	16	60.873	64.049
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17	(35.928)	(36.352)
		(2.403)	369
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		895	11.911
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	(583)	(7.560)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	161	2.769
Lucro líquido do período		473	7.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	27.000	396	7.046	-	34.442
Integralização de Capital	23.465	-	(4.002)	-	19.463
Lucro líquido do exercício			-	6.061	6.061
Destinações					
Reserva legal	-	303	-	(303)	-
Outras reservas	-	-	5.758	(5.758)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50.465	699	8.802	-	59.967
Integralização de Capital	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	473	473
Saldos em 31 de março de 2016	50.465	699	8.802	473	60.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Avista S/A. Administradora de Cartões de Crédito

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	895	11.911
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa aplicado nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1.210	750
Valor residual de ativo imobilizado alienado	(223)	(63)
Provisão para demandas judiciais	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	414	6.925
Atualização monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos	8.869	5.684
Variações nos ativos e passivos operacionais	<u>(17.366)</u>	<u>(54.938)</u>
Contas a receber	27.245	(48.047)
Tributos a recuperar	583	-
Créditos diversos	(498)	1.073
Obrigações com estabelecimentos credenciados	(30.111)	(4.469)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(18.628)	(81)
Contas a pagar	4.810	483
Imposto de renda e contribuição social pagos	(767)	(3.897)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(6.201)</u>	<u>(29.731)</u>
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	(15)
Acréscimo do imobilizado e intangível	217	(2.611)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	<u>217</u>	<u>(2.626)</u>
Amortização de principal e juros	(27.858)	(57.122)
Ingressos de empréstimos	36.150	72.749
Transações com partes relacionadas/acionistas	(575)	149
Integralização de capital	-	6.000
Dividendos a Pagar	-	377
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>7.717</u>	<u>22.153</u>
Aumento / (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.733</u>	<u>(10.204)</u>
No início do período	26.254	23.901
No final do período	27.987	13.697
Aumento / (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.733</u>	<u>(10.204)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de março de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto se indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Avista S/A. Administradora de Cartões de Crédito (Avista ou Companhia) iniciou suas operações em novembro de 2001, ano de sua fundação, e atua como instituição emissora, credenciadora e processadora de transações com cartões da bandeira Avista. A Companhia tem por objetivo social **(i)** Administração de cartões de créditos; **(ii)** emissão de vale alimentação, vale refeição e similares; **(iii)** correspondente de instituições financeiras; e **(iv)** atividades de serviços auxiliares financeiros.

Sua atuação no mercado é estruturada de forma verticalizada, uma vez que seus serviços abrangem as fases do processo necessárias para funcionamento de uma cadeia de cartões, o que compreende a emissão de cartões com concessão de limites de créditos aos seus portadores, o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, a captura e processamento eletrônico das transações realizadas na cadeia e o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos, sem a dependência de terceiros em todas as etapas.

A Avista tornou-se uma bandeira de cartões de crédito voltada ao público de menor renda, que tem seus gastos concentrados em estabelecimentos (principalmente supermercados, farmácias e artigos de moda) situados nas periferias das grandes cidades. A carteira da Avista possui mais de 3,4 milhões de portadores de cartões, aceitos em mais de 230 mil estabelecimentos credenciados, atuando em todas as capitais do país.

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Avista S/A Administradora de Cartões de Crédito para o trimestre findo em 31 de março de 2016 foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela diretoria da Companhia, em 04 de maio de 2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2016 foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aprovado pela Deliberação CVM 673/11 – e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), utilizando os mesmos critérios aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias referentes a 31 de março de 2015, são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2015 e para o período de 3 meses findos em 31 de março de 2015, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo de práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os dados não financeiros incluídos nessas Demonstrações Contábeis, tais como quantidade de estabelecimentos, número de portadores e seguros não foram examinados pelos auditores independentes.

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

2.1. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Receitas decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento das transações com cartões de pagamentos

- **Transações com cartões de crédito (Taxas de administração e anuidade diferenciada)**
 - **taxa de administração (Merchant Discount Rate):** decorrentes da captura das transações com cartões de crédito que são apropriadas ao resultado da Companhia na data da captura em percentual do volume transacionado;
 - **anuidade diferenciada:** decorrentes da prestação de serviços aos titulares dos cartões de crédito.

- **Outros serviços de processamento**

Decorrentes dos serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefícios (voucher), tais como alimentação, refeição, entre outros, além dos cartões private label. Essas receitas são constituídas de tarifas cobradas e são reconhecidas no resultado na data da captura e processamento.

b) Receita de aluguel de equipamentos de captura

A Companhia recebe de sua rede de estabelecimentos credenciados aluguel pela disponibilização de equipamentos de captura. A receita por aluguel é reconhecida no resultado no mês de referência do aluguel.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto, sendo essa taxa aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, nas demonstrações do resultado.

2.2. Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos de acordo com o regime de competência. Os principais são relativos a: **(i)** rede de captura de transações e com as operadoras de telefonia; **(ii)** processamento de dados; **(iii)** serviços de atendimento telefônico aos clientes e estabelecimentos credenciados; **(iv)** manutenção dos equipamentos POS **(v)** materiais utilizados pelos estabelecimentos na captura de transações; **(vi)** credenciamento de novos estabelecimentos; **(vii)** serviços de distribuição e entrega de faturas e cobranças e **(viii)** tarifas bancárias sobre baixas de faturas.

2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são reconhecidos a partir da data em que os mesmos se tornam parte das disposições contratuais de tais instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos, contas a pagar, obrigações com estabelecimentos credenciados e outras dívidas. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são inicialmente registrados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

i) Disponível para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço. Após mensuração inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes, quando aplicável; com exceção das perdas por redução ao valor recuperável dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa no resultado.

iii) Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro.

iv) Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do mesmo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

v) Método de juros efetivos

O valor contábil de um instrumento financeiro avaliado ao custo amortizado é calculado pela Companhia como o valor a ser pago ou a ser recebido no vencimento, acrescido ou diminuído de qualquer prêmio ou desconto, líquidos de quaisquer taxas e custos de transação incorridos e de reembolsos de valor principal. Quando os custos de transação são incorporados ao custo de aquisição de um instrumento financeiro, com fluxos de pagamentos fixos ou determináveis, a Companhia apura a taxa de juros efetiva da operação de forma a amortizar esses custos em razão da fluência do prazo do instrumento financeiro.

A Companhia utiliza o método de juros efetivos para calcular, principalmente, o custo amortizado de um instrumento de dívida, fornecedores e recebíveis, alocando suas respectivas receitas e despesas com juros ao longo do período de vigência dos contratos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos e desembolsos de caixa futuros estimados durante a vida estimada desses instrumentos financeiros ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial, enquanto que a receita/ despesa é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos financeiros não caracterizados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

2.4. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério "pro rata temporis", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

2.6. Contas a receber

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo de acordo com as condições contratadas e ajustados pelo montante estimado de eventuais perdas esperadas. A Administração avalia periodicamente os riscos na realização das contas a receber e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando, principalmente, a expectativa com base no histórico de perdas.

2.7. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

A depreciação é calculada usando o método linear com base nos percentuais descritos na Nota nº 06.

2.8. Intangível

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para sua utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil anual estimada, que normalmente não ultrapassa cinco anos.

2.9. Contas a pagar a estabelecimentos credenciados

Representado pelos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a pagar aos estabelecimentos credenciados deduzidos das taxas de administração e outras tarifas relacionadas, cujos prazos de recebimento dos clientes e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores há um ano.

2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são sujeitos à atualização monetária, segundo os índices contratuais. Os juros incorridos são reconhecidos “pro rata temporis”. Os compromissos contratuais com juros pré-fixados são considerados pelo valor presente, calculado segundo as taxas e prazos contratuais “pro rata die”.

2.11. Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros.

Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em passivos de curto e de longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

2.12. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para IRPJ e 20% sobre o lucro tributável para a CSLL. A provisão desses tributos está apresentada na rubrica “Obrigações tributárias”. Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sendo apresentadas na rubrica “Provisão de Impostos não Correntes”.

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para demandas judiciais e de instrumentos financeiros.

3.2. Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil de ativos não circulantes

A Companhia revisa anualmente a estimativa de vida útil dos itens do ativo imobilizado levando em consideração as condições de uso/ desgaste, obsolescência tecnológica, manutenção e política de substituição.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A Companhia avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que o contas a receber esteja deteriorado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas análises de riscos de realização dos créditos a receber e inadimplência histórica, e está demonstrada em montantes consideradas suficientes para cobertura de eventuais perdas.

c) Tributos

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

d) Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo estas evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento anual e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

f) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2016	31/12/2015
Recursos em espécie	-	3
Bancos	1.787	3.309
Aplicações financeiras	26.200	22.942
Total	27.987	26.254

Aplicações financeiras

As aplicações em certificados de depósitos bancários realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

5. Contas a receber

Composição por operação

	31/03/2016	31/12/2015
Faturas emitidas a clientes	163.997	172.299
Compras autorizadas a faturar	115.500	93.056
Faturas negociadas	51.802	93.189
	331.299	358.544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.777)	(33.363)
	297.522	325.181

Composição por vencimento

	31/03/2016	31/12/2015
A vencer	189.660	225.985
Vencidos		
Vencidos em até 90 dias	80.489	73.332
Vencidos entre 90 e 180 dias	61.150	59.227
	141.639	132.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33.777)	(33.363)
	297.552	325.181

5.1. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores a receber, com base em análises de riscos de realização levando em consideração o histórico de baixa dos créditos a receber por inadimplência nos últimos seis meses. Segue abaixo movimentação da provisão:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo anterior	(33.363)	(13.273)
Constituição	(41.632)	(164.658)
Perdas	41.218	144.568
Saldo final	(33.777)	(33.363)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17 a perda, líquida das recuperações, apurada no período findo em março 2016 de R\$ 40.404 (R\$ 24.187 em mar/2015).

6. Imobilizado

Composição do saldo

	2016			2015
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	1.702	(926)	776	806
Veículos	1.231	(984)	247	389
Equipamentos de informática	12.768	(6.425)	6.343	7.033
Máquinas e equipamentos	1.427	(602)	825	721
Benfeitorias em imóveis	213	(169)	44	163
Instalações	2.730	(267)	2.463	2.531
	20.071	(9.374)	10.698	11.643

Movimentação do custo do imobilizado

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/03/2016
Móveis e utensílios	1.702	-	-	1.702
Veículos	1.451	-	(220)	1.231
Equipamentos de informática	12.771	-	(3)	12.768
Máquinas e equipamentos	1.427	8	-	1.427
Benfeitorias em imóveis	213	-	-	213
Instalações	2.730	-	-	2.730
	20.294	-	(223)	20.071

	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2015
Móveis e utensílios	1.552	150	-	1.702
Veículos	1.288	228	(65)	1.451
Equipamentos de informática	9.569	3.202	-	12.771
Máquinas e equipamentos	1.339	88	-	1.427
Benfeitorias em imóveis	213	-	-	213
Instalações	1.061	1.669	-	2.730
	15.022	5.337	(65)	20.294

Movimentação da depreciação do imobilizado

	% - Taxa média anual de depreciação	31/12/2015	Depreciação	Baixas	31/03/2016
Móveis e utensílios	10%	(896)	(30)	-	(926)
Veículos	20%	(1.090)	(64)	170	(984)
Equipamentos de informática	20%	(5.776)	(650)	1	(6.425)
Máquinas e equipamentos	10%	(706)	103	-	(603)
Benfeitorias em imóveis	8%	(50)	(119)	-	(169)
Instalações	10%	(199)	(68)	-	(267)
		(8.717)	(828)	171	(9.374)

	% - Taxa média anual de depreciação	31/12/2014	Depreciação	Baixas	31/12/2015
Móveis e utensílios	10%	(786)	(110)	-	(896)
Veículos	20%	(905)	(228)	43	(1.090)
Equipamentos de informática	20%	(3.679)	(2.097)	-	(5.776)
Máquinas e equipamentos	10%	(445)	(261)	-	(706)
Benfeitorias em imóveis	8%	(33)	(17)	-	(50)
Instalações	10%	(33)	(166)	-	(199)
		(5.881)	(2.879)	43	(8.717)

A Administração da Companhia revisou os valores residuais e o tempo de vida útil estimada e concluiu que o valor residual e as taxas de depreciação utilizadas estão adequadas.

7. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Amortização	Vencimento	31/03/2016	31/12/2015
Contas garantidas	CDI + 0,56% a.m.	Mensal	07/03/2016	6.049	8.012
Capital de giro e Cheque Especial (a)	CDI + 0,16% a 2,62%a.m. e 5,7%a.m.	Mensal	18/04/2018	101.453	101.083
Arrendamento mercantil (b)	1,03% a 1,55% a.m.	Mensal	20/08/2020	5.517	6.301
Debêntures emitidas (c)	CDI + 5% a.a.	Mensal	15/10/2017	27.448	32.267
Parcela do circulante				114.302	117.362
Parcela do não circulante				26.165	30.271
				140.467	147.663

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

	Taxa de juros	Amortização	Vencimento	31/03/2016	31/12/2015
Capital de giro (a)	USD +5% a 6,39% a.a.	Mensal	23/09/2016	1.347	3.555
Parcela do circulante				1.347	3.555
Parcela do não circulante				-	-

Operações de derivativos

	Taxa de juros	Amortização	Vencimento	31/03/2016	31/12/2015
SWAP USD x CDI					
Ponta Ativa	USD +6,7% a.a.	Mensal	25/05/2016	486	1.333
Ponta Passiva	CDI + 7,3% a.a.	Mensal	25/05/2016	(419)	(1.047)
Resultado Accrual				67	286
SWAP CDI x TJLP					
Ponta Ativa	CDI + 5,54% a.a.	Mensal	29/05/2017	1.239	1.468
Ponta Passiva	TJLP + 14,00% a.a.	Mensal	29/05/2017	(1.282)	(1.515)
Resultado Accrual				(43)	(47)

- (a) Os financiamentos de capital de giro são operações com prazos superiores a 180 dias, investidos na alavancagem dos negócios da Companhia no curto prazo;
- (b) Refere-se a arrendamento mercantil para aquisição de equipamentos de informática;
- (c) Refere-se a primeira Emissão Pública de debêntures realizadas em outubro de 2014.

As linhas de financiamentos possuem como garantia aval dos acionistas e recebíveis que são vinculados em conta de cobrança nas instituições credoras.

A abertura das parcelas de longo prazo encontra-se demonstrada da seguinte forma em 31 de março de 2016:

	31/03/2016	31/12/2015
Mar/2017	23.813	28.602
Mar/2018	1.919	1.293
Mar/2019	433	376
	26.165	30.271

8. Obrigações com estabelecimentos credenciados

As obrigações com estabelecimentos credenciados em 31 de março de 2016 estavam representadas por R\$ 130.010 (R\$ 160.121 em dez/2015). O prazo de recebimento dos clientes é de 28 dias contados da data da operação e o prazo médio de liquidação aos estabelecimentos comerciais credenciados é de 34 dias a partir da data da transação. As transações parceladas ocorrem em prazos máximos de 12 meses, portanto, o saldo a pagar em 31 de março de 2016 corresponde ao fluxo máximo de um ano.

9. Obrigações trabalhistas e tributárias

	31/03/2016	31/12/2015
Passivo Circulante		
Contribuições sociais a recolher	6.228	9.350
Provisões para férias e encargos incidentes	1.154	1.405
Impostos e Taxas a Recolher	1.543	-
Salários a pagar e outras remunerações	390	722
Impostos e taxas federais e municipais a recolher	1.095	1.078
Contribuição social sobre o lucro líquido	873	873
Imposto de renda	706	1.258
	11.990	14.686
Passivo não Circulante		
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.404	2.839
Imposto de renda	5.042	4.205
COFINS	4.350	-
PIS	785	-
ISS	569	-
Outros	14	-
	14.164	7.044

10. Transações com partes relacionadas

	31/03/2016	31/12/2015
Ativo não circulante		
WIG Participações Ltda. (a)	429	587
Bancap Ltda. (a)	348	298
Alerta Call Center (a)	-	134
ED Avistar	817	-
	1.594	1.019
Receitas		
FIDC-NP Recupera (b)	814	2.698
	814	2.698

- (a) Refere-se à empréstimos (mútuos) sem à incidência de juros e prazo de vencimento em até 24 meses;
- (b) Refere-se à venda de títulos a receber vencidos e inadimplentes ao FIDC-NP Recupera pelo valor de R\$ 814 (R\$ 2.698 em dez/2015). A totalidade da carteira que se encontrava baixada nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de março de 2016 é de R\$ 41.218 (R\$ 144.568 em dez/2015).

No exercício de 2012, iniciou-se as operações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Recupera (FIDC-NP Recupera), sob a forma de condomínio fechado nos termos da instrução CVM nº 356/01, pelo regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Companhia firmou contrato de cessão de créditos sem coobrigação junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizado Recupera (“FIDC-NP Recupera”), no qual realiza a vendas destes direitos creditórios, vencidos e não pagos, em moeda corrente nacional, e de todos os direitos que lhes sejam acessórios, inclusive, dentre outros, os referentes a encargos a eles relacionados, em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, ofertando-os de acordo com as regras e procedimentos previstos no contrato de cessão de créditos.

A Companhia não detém qualquer participação no FIDC-NP Recupera, seja por meio de quotas seniores e/ ou subordinadas.

11. Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Em 31 de março de 2016 no montante de R\$ 1.621 (R\$ 1.621 em dez/2015). Segue abaixo movimentação da provisão:

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo anterior	(1.621)	(1.650)
Constituição/ ganhos	-	29
Saldo final	(1.621)	(1.621)

Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, em 31 de março de 2016 essas ações totalizavam R\$ 2.518 (R\$ 2.518 em 2015).

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de março de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 50.465 (R\$ 50.465 em dez/2015), representado por 47.250.185 (quarenta e cinco milhões cento e sessenta e três mil cento e oitenta e cinco) de ações ordinárias e 3.214.815 (três milhões duzentas e quatorze mil oitocentas e quinze) ações preferencias (2.800.000 em 2014), nominativas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

Composição societária é como segue:

Sócio acionista	Qde de ações ordinárias	Qde de ações preferenciais	Valor unitário	Total de ações
WIG Participações	-	803.704	1,00	803.704
Walter José Piana	-	495.081	1,00	495.081
Walter José Boina Piana	-	745.837	1,00	745.837
Giovanni Piana Netto	-	745.837	1,00	745.837
Ivie Piana Garcia	-	424.356	1,00	424.356
Fundo de Investimento em Participações Piana	47.250.185	-	1,00	47.250.185
Totais	47.250.185	3.214.815		50.465.000

12.2. Reserva legal

Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

12.3. Aumento de capital

Durante o exercício, não houve aumento de capital.

12.4. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém os seguintes critérios:

- 5% para reserva legal;
- distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, em percentual a ser definido pela Assembleia Geral, respeitando as regras previstas na legislação vigente e em seu estatuto, que prevê a distribuição mínima de 5% do lucro líquido do exercício com reversão das provisões e diferimentos, após a constituição da reserva legal.

13. Receita operacional líquida

	31/03/2016	31/03/2015
Taxa de administração	2.642	5.270
Taxa de utilização	12.374	14.745
Aluguel de POS e serviços SMS	274	210
Outras taxas e serviços	3.168	2.742
Impostos incidentes (PIS, COFINS e ISS)	(1.339)	(2.060)
	17.119	20.907

14. Custos dos serviços prestados

	31/03/2016	31/03/2015
Confecção de Cartões	(414)	-
Impressão de Faturas	(465)	(303)
Despesas de Comunicação	(2.048)	(1.628)
Distribuição e Correios	(3.287)	(3.319)
Tx. CDL/Serasa	(375)	(2.397)
Custos com Cobrança e baixas de Faturas	(7.232)	(1.718)
	(13.821)	(9.365)

15. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	31/03/2016	31/03/2015
Despesas com pessoal	(3.494)	(7.746)
Serviços técnicos profissionais	(5.718)	(4.557)
Despesas com viagens	(506)	(1.230)
Despesas comerciais	(4.136)	(3.899)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	(2)
Locações e investimentos em expansão	(464)	(437)
Depreciação e amortização	(1.210)	(1.141)
Outras despesas gerais	(2.165)	(2.041)
	(17.695)	(21.053)

16. Resultado financeiro

	31/03/2016	31/03/2015
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.869)	(5.351)
Outros encargos financeiros	(784)	(924)
	(9.653)	(6.275)
Receitas financeiras		
Encargos sobre crédito rotativo (a)	115	3.887
Encargos de mora (b)	9.354	13.061
Encargos sobre crédito rotativo (c)	47.658	43.607
Encargos sobre negociações (d)	1.131	(1.041)
Multa contratual (e)	4.786	4.310
Outras receitas financeiras	564	225
Impostos Incidentes Sobre as Receitas Financeiras (PIS e COFINS) (f)	(2.735)	-
	60.873	64.049
Resultado financeiro líquido	51.220	57.774

- (a) Calculado de acordo com negociação individual com os credenciados;
 (b) Mora 1% a.m.;
 (c) Rotativo de 20,99% a 24,99% a.m.;
 (d) De acordo com negociação efetuada com portador do cartão de crédito;
 (e) Multa contratual 2% por evento.
 (f) Encargos sobre receitas Financeiras (PIS e COFINS) 4,65% por cento.

17. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/03/2016	31/03/2015
Baixa de contas a receber (a)	(41.218)	(24.187)
Recuperação de créditos baixados (b)	814	469
Recuperação de custos e despesas	4.890	956
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(414)	(6.925)
Locações de Imóveis	-	(4.576)
Outros	-	(2.089)
	(35.928)	(36.352)

- (a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, refere-se a baixa de títulos a receber vencidos e inadimplentes, vendidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Recupera (FIDC-NP Recupera);
 (b) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10, refere-se ao valor recebido do Fundo Recupera pela venda dos títulos a receber vencidos e inadimplentes.

18. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro líquido são calculados e registrados com base no resultado tributável, as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente:

Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/03/2016	31/03/2015
Lucro/ (Prejuízo) antes dos impostos	895	11.911
(-/+ Diferenças permanentes	413	7.004
(=) Base de cálculo	1.308	18.915
Alíquota do IRPJ - 15% somados a 10% sobre o lucro excedente a R\$240 - e CSLL - 20%	(583)	(7.560)
IRPJ/CSLL – Corrente	(583)	(7.560)
IRPJ/CSLL – Diferido	161	2.769
	(422)	(4.791)
Taxa efetiva	45%	40%

Composição dos impostos diferidos

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.777	33.363
Provisão para demandas judiciais	1.621	1.621
Total	35.398	34.984
Impostos diferidos a alíquota regulares – 45%	15.929	15.768

A expectativa de realização dos impostos diferidos é inferior a 1 ano, portanto não existe efeito de ajuste a valor presente.

19. Gestão de risco e instrumentos financeiros

19.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a alguns riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros) risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

a) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros sobre empréstimos e títulos a receber estão mencionadas na Nota 7 e 16, respectivamente.

A Companhia possui em 31 de março de 2016 instrumentos derivativos para cobertura de riscos de taxas de juros.

b) Risco de crédito

Com relação às contas a receber, a Companhia está principalmente exposta a contas a receber de faturas emitidas a clientes. As faturas a receber de clientes estão sujeitas aos riscos normais de inadimplência de mercado e para minimizar os riscos de perda são concedidos créditos a clientes no limite máximo inicial de R\$ 350. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões cujo montante é considerado suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais perdas na realização de contas a receber.

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de montantes entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, empréstimos e financiamento, estão descritos na Nota Explicativa nº 07.

d) Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, classificados por categoria, são como segue:

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>		<u>Custo amortizado</u>		<u>Disponível para venda</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.787	3.312	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-	26.200	22.942
Contas a receber	297.522	325.181	-	-	-	-
Obrigações com estabelecimentos credenciados	130.010	160.121	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	140.467	147.633	-	-
Contas a pagar	11.591	6.782	-	-	-	-
	440.910	495.396	140.467	147.633	26.200	22.942

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros mencionados acima foram avaliados pela Administração da Companhia com sendo próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

21. Remuneração de administradores

A remuneração paga aos administradores no trimestre foi de R\$ 36 até 31 de março de 2016 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2015), sendo o total referente à remuneração fixa.

22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Administração da Companhia mantém um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte e operações da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	Cobertura
Básica para incêndio e tumulto	15.000
Danos elétricos	1.500
Despesas fixas (PI quatro meses)	3.000
Equipamentos eletrônicos	200
Perda ou despesas de aluguel	200
Responsabilidade civil dos estabelecimentos	1.000
Roubo e/ou furto qualificado	100
	21.000

23. Compromissos

A Companhia tem compromissos firmados por meio de contratos de locação de imóveis. Os referidos contratos possuem cláusulas que definem prazo de renovação e índices de atualização.

* * *